

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XI - Nº 177 - 2ª QUINZENA DE AGOSTO DE 1999 - R\$ 1,00

ESPECIAL

ANOS

CONSTRUINDO UM PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

**“Proletários de todos os países, uni-vos”
(Karl Marx)**

**“A revolução não é possível num só país”
(Friedrich Engels)**

**“Sem teoria revolucionária
não há prática revolucionária”
(Vladimir Lenin)**

**“O Partido é o Programa”
(Leon Trotsky)**



se revolucionária independente.

4) Não é por outra razão que as convenções de maio consolidaram a idéia do partido de massa policlassista, que na prática já se estruturou. Sob a direção da Articulação e capitulação das correntes de esquerda, aprovou-se uma concepção partidária antimarxista e se condenou o partido leninista de quadros (vanguarda revolucionária do proletariado). Essa conclusão teórica e política das convenções está de acordo com os objetivos do reformismo social-democrata, para os quais não é necessário um partido voltado a estruturar o proletariado como classe dirigente para levantar a maioria nacional contra o capitalismo. Necessita-se de um partido eleitoral, que, de quando em quando, convoque as massas a apoiarem as bandeiras do social-reformismo. É este mesmo partido que se destina a ocupar postos de comando em todas as esferas do poder estatal e executar a tarefa de dirigí-lo no sentido das reformas capitalistas, que como tal são inviáveis na situação de crise e declínio da sociedade burguesa, e, por isso, tal política terminará por se voltar contra as massas, como já tem demonstrado a gestão de prefeituras petistas.

5) As experiências com as denominadas “gestões populares” demonstraram o real sentido da política democrático-populista de bloqueio à luta dos explorados, de demagogia eleitoreira e de carreirismo profissional. Os arrivistas de esquerda utilizam-se do deslocamento das massas para o PT a fim de ocupar cargos no Estado e reproduzir o mesmo aparelhismo oficial, procurando apenas se diferenciar com a máscara esquerdista. A pobreza e os movimentos populares são transformados em escadas para a politicagem, que não dista muito da corrupção típica dos partidos burgueses. Uma parte da militância é literalmente empregada na máquina estatal e passa a defendê-la contra as ameaças das mobilizações. Outra parcela procura enquadrar as lutas na legalidade e no paternalismo. E, finalmente, uma outra desfecha aberta repressão policial, política e administrativa (São Paulo, Diadema, Vitória).

6) No Parlamento, os representantes do PT se adaptaram ao jogo parlamentar e reforçam a ilusão nas possibilidades deste vir a jogar um papel progressivo em favor das massas. Desta forma, movimentam-se de acordo com os choques interburgueses, procurando se aliar e empurrar para a es-

querda os partidos burgueses democratizantes. Não se faz, desta maneira, a utilização minimamente revolucionária do parlamento, isto é, de defesa intransigente das reivindicações dos assalariados, de desmascaramento da democracia burguesa e chamamento das massas à luta direta. Pelo contrário, o PT trabalha pela subordinação da revolta dos oprimidos às decisões do parlamento burguês, esforça-se por manter a luta de classes no âmbito da democracia do Estado capitalista. Defende como objetivo político o fortalecimento das instituições democráticas, como se estas não fossem parte do Estado burguês, isto é, da ditadura da classe capitalismo sobre a maioria nacional.

7) O exercício da política institucional, o crescimento das perspectivas eleitorais frente à desmoralização dos partidos oficiais e a montagem de um aparato partidário poderoso, com ligações econômicas internacionais, vêm fortalecendo uma vigorosa burocracia, que se profissionaliza cada vez mais na tarefa de gerenciar o Estado capitalista. Frente a ela, verifica-se a dissolução das bases militantes, que, conforme a região, perderam completamente a possibilidade de influenciar na vida real do partido. De fato, os quadros dirigentes são constituídos, na maior parte, por funcionários e militantes (mantidos pelo partido ou pelo sindicato) e sem identificação com a luta direta das massas. A autonomia da casta dirigente perante a base do partido foi obtida por sua dissolução (os núcleos praticamente acabaram ou são inoperantes) e pela sua transformação em instrumento de caça de votos e pelo caráter parlamentarista do partido. Por isso, o PT não passa de um partido de diretórios, que só funcionam em épocas de campanha eleitoral ou para fazer as convenções encobertas e formais.

8) A estratégia democratizante do PT é responsável pela estruturação de uma burocracia sindical reformista na CUT e nos sindicatos, que passou a conviver ao lado da burocracia abertamente pró-capitalista e pró-imperialista das CGTs, do sindicalismo de resultados. A renúncia ao combate franco e amplo em defesa das reivindicações mais elementares das massas fica clara na atual situação de ataque capitalista sem precedentes desfechado por Collor contra a maioria assalariada. A burocracia reformista simplesmente tem se negado a preparar a luta nacional, frustrando conscientemente a greve geral (dia 12) e manti-

do, como método, o isolamento do multitudinário movimento grevista. Essa conduta é uma forma de colaboração com a estabilidade democrática do governo Collor (pró-imperialista) e com os efeitos de sua política econômica (recessão, desemprego, expropriação salarial, miséria, desnacionalização etc.). A política do eleitoral-reformismo e a sua encarnação numa ala importante de dirigentes sindicais funciona, desta forma, como amortecedor e freio da luta direta dos trabalhadores. A burocracia petista nos sindicatos, assim, contribui para a manutenção dos sindicatos na órbita da política burguesa e caminha por integrar a CUT ao Estado. Os dirigentes mais destacados da CUT e dos sindicatos petistas já se constituíram em apêndices parlamentares, comparecendo no movimento operário como uma ponte entre a democracia burguesa e as massas exploradas, isto é, de contenção da luta independente e unitária. Este é o ponto de apoio político e social do reformismo populista do PT.

9) Por todas essas razões, a tendência do PT é de se subordinar cada vez mais às relações do Estado burguês, arrastando atrás de si as massas e colocando-as a mercê das frações burguesas democratizantes. Internacionalmente, evolui para um tipo de alinhamento com a social-democracia, já transparecido pelo intento de aproximação com a II Internacional e com o brizolismo aqui no Brasil. A reunião dos chamados partidos socialistas, realizada em São Paulo, contou com as mais variadas tendências social-democratas, estalinistas, castristas e nacionalistas. Todos eles têm em comum a estratégia do desenvolvimento de um capitalismo nacional independente e da democracia. Este fato reforça o papel do PT de aglutinar as esquerdas nacionais reformistas e se tornar uma referência internacional dessa orientação política, que certamente se opõe ao internacionalismo proletário.

10) Numa situação de desmoronamento do capitalismo e de crise do estalinismo, a estratégia social-democrata procura ter um longo alcance, como antídoto da revolução proletária e da revolução política (no Leste Europeu, Rússia e China). A cristalização do PT como reformista o coloca no campo da antirevolução que, se no momento ainda não comparece em forma totalmente acabada, mais à frente se revelará como tal. O fato do nacional-reformismo se atritar inevitavelmente com o grande capi-

tal e, inclusive, vir a se apoiar conjunturalmente nas massas contra aquele não o impedirá de se opor à ação revolucionária do proletariado, pois seu objetivo é o de se constituir numa alternativa de sustentação do capitalismo pela via das reformas e do pacifismo democrático.

11) Os aspectos conjunturais das diretrizes do PT expõem com clareza o conteúdo pró-capitalista de sua estratégia democrático-popular. Diante do governo burguês pró-imperialista de Collor, o partido levantou a bandeira de oposição democrática, que quer dizer evitar um confronto direto das massas com o poder central e limitar as pressões das classes no âmbito da legalidade parlamentar, constitucional e jurídica. A proposta parlamentarista do governo paralelo, inspirada no sistema inglês, visa a canalizar a política do PT para a esfera estatal, de maneira que não fira a ordem estabelecida pela Constituição e pelas eleições presidenciais. Isto se choca com a tendência das massas a se levantarem contra a burguesia e seu Estado e tomarem em suas próprias mãos seus objetivos de classe. O governo paralelo é o retrato de que o PT pretende com seu governo de coalizão frentepopulista, porque se propõe a encontrar soluções políticas, econômicas e sociais a partir dos mecanismos legislativos e executivos do Estado. Ao contrário, a política revolucionária levanta as tarefas e as bandeiras para que o proletariado e as massas assumam por si mesmas, tendo por método a luta de classes.

12) A crise econômica e a desagregação do Estado (crise de regime político) têm obrigado e facilitado a ação direta das massas. A despeito do controle burocrático sindical, um traço essencial da situação é o crescimento do movimento grevista e o seu avanço qualitativo, isto é, a sua intensificação (greve geral, ocupação de fábrica, piquetes). O aumento da atividade social das massas as desloca para o pólo de independência objetiva de classe. Por experiência, se distanciam dos partidos burgueses democratizantes e se aproximam do PT à procura de um instrumento independente. No entanto, o PT não tem feito outra coisa senão esconder o caráter de classe desses partidos (PMDB, PSB, PSDB, PDT etc.), seus vínculos com a social-democracia internacional (imperialismo) e ludibriar os trabalhadores com a qualificação de partidos progressistas. Dessa forma, não apenas nega a tarefa de separar o proletariado

da burguesia democratizante, como auxilia para a sua subordinação. É nesse quadro que a estratégia do reformismo surge como uma força de estrangulamento da evolução das massas e retardamento da estruturação marxista da vanguarda em um partido revolucionário (uma parcela se degenera sob a ação do oportunismo).

13) As correntes de esquerda, entre elas as pseudo-trotskistas, foram se adaptando cada vez mais ao democratismo do PT. O caso extremo foi o do "O Trabalho" que chegou a se dissolver na Articulação, se reconstituindo posteriormente com a mesma orientação. Todas se identificam num ponto comum: a renúncia da tarefa de construção de um programa de transição socialista para o Brasil (que só pode ser internacionalista) e do partido revolucionário leninista. Com esta ou aquela diferença que as separam, todas sacrificam essa tarefa histórica em favor de um partido de massa eleitoral, que possibilita êxitos momentâneos nas urnas e carreiras parlamentares. Ultimamente, Causa Operária fez um enorme giro a ponto de se curvar diante das exigências do regulamento burocrático-repressivo, que anula a vida das tendências e as obriga a renegar suas posições políticas. E, em nome de manobras táticas, Causa Operária chega a abrir mão da antiga caracterização do PT como partido institucional, isto é, pequeno burguês democratizante. Tudo isso para viver parasitariamente à sombra do democrático-eleitoralismo.

14) O ultimatum da Articulação e seus aliados para que as correntes se submetam à disciplina do burocrático-reformismo, a colocação objetiva da expulsão das tendências, a impugnação das candidaturas de esquerda e a expulsão de um dirigente da T.POR indicam o grau de apodrecimento da vida interna do PT. Essa ação repressiva visa a eliminar as enormes contradições da política democratizante. E assinala a inviabilização cada vez maior das correntes preservarem sua fisionomia própria ao terem de se sujeitar aos ditames do social democratismo, que quer dizer anular a luta pela construção do partido revolucionário em oposição ao PT reformista.

15) Em São Paulo, a candidatura de Plínio de Arruda Sampaio significou a vitória das forças social-democratas e cristãs mais à direita do partido. Assinalou a direitização do PT. Plínio não é apenas um candidato avulso e "bom de voto", e sim um porta-voz da política de conciliação de classe. Trata-se de um ideólogo com anti-

gas ramificações no aparato da Igreja (inimiga da revolução e do marxismo) e com setores da burguesia nacional. Não só isso, trata-se de um conhecido político profissional do Estado burguês, que deixou claro em sua trajetória representar interesses totalmente estranhos aos das massas, embora tenha feito muita demagogia com a reforma agrária. A sua escolha esmagadora é o resultado da formulação política imposta pela estratégia democrático-burguesa (proveniente da democracia pequeno burguesa) da Articulação, que acabou por anular as correntes opositoras, uma vez que nenhuma delas foi conseqüente, em sua trajetória na defesa dos objetivos históricos do proletariado (revolução e ditadura proletárias e construção do Partido Operário Revolucionário).

16) A candidatura pequeno burguesa não ajuda o proletariado a dar um passo sequer na distinção de classe e na luta contra os partidos da burguesia. Pelo contrário, serve para obscurecer, com o democrático-populismo, o antagonismo classista. Com a experiência de Erundina (e outros), ficou claro que a classe dominante pode assimilar as "gestões populares" petistas, uma vez que elas não põem em risco a integridade da máquina estatal. Em virtude da enorme crise e desagregação dos partidos burgueses, o reformismo pequeno-burguês passou a ser uma variante da situação plenamente adaptada aos objetivos da burguesia de amenizar o confronto das classes antagônicas e evitar que o proletariado assumira a direção da maioria explorada. O combate pela separação da classe e das massas das políticas burguesas ou pró-burguesa (reformismo social-democrata) vai assumindo novas características com a direitização do PT.

17) A política revolucionária tem sido a de combater o reformismo dentro e fora do PT. Isso foi uma imposição transitória para defender a construção do programa e do Partido Operário Revolucionário (trotskista). A proposta de formação de um Partido dos Trabalhadores obrigou os revolucionários a lutarem por uma política de independência de classe no processo de sua construção e intervirem na experiência que a vanguarda e as massas iriam realizar partidariamente. Finalmente, o PT se armou da estratégia do socialismo democrático, da tática da frente popular, do objetivo do governo democrático e popular e demonstrou, através de suas administrações, a sua

vocação de gerenciar o capitalismo em crise. Embora as massas não tenham ainda vivido uma grande virada objetiva do PT na defesa dos interesses capitalistas, como tem ficado claro nas manifestações particulares de suas administrações, está colocada para a vanguarda marxista a ruptura aberta com o mesmo para enfrentar a conclusão desse processo político. Ao contrário das correntes que se submetem cada vez mais ao eleitoralismo e tornam inócuas as declarações antireformistas, é necessário abrir uma nova etapa de defesa e construção do partido revolucionário em oposição franca ao PT, mesmo que isto custe por algum tempo isolamento da T.POR de uma parcela da vanguarda petista ainda não corrompida.

18) É típico de um partido pequeno-burguês reformista operar zig-zags, mas no essencial tenderá a se chocar com a camada mais resolvida do proletariado. Onde o PT vem exercendo o poder do Estado, esse fenômeno tem ocorrido significativamente, provocando inclusive um desgarramento do partido de uma camada de militantes classistas. A luta pelo partido revolucionário, sem nenhuma ambiguidade na relação com o PT, facilitará a evolução de um contingente da vanguarda organizada e, também, desorganizada, que não vêem no PT uma possibilidade de polí-

tica independente. A adaptação dos pseudo-trotskistas, por sua vez, os colocará cada vez mais em situação de dissolução político-organizativa no pântano do democratismo. A obrigatoriedade de se enquadrar como tendências disciplinadas interiormente os arrastará ainda mais a reboque dos zig-zags do socialismo pequeno-burguês e do frente-populismo. A T.POR se encontrará numa situação politicamente cristalina para intervir no processo de crise interna do PT, levando a luta programática pela construção histórica do partido trotskista em total contraposição ao policlassismo.

19) Dentre as correntes de esquerda do PT, a T.POR é a única que levanta, sem nenhum rodeio, a necessidade histórica de construção do Partido Operário Revolucionário, que se dará em torno da tarefa de criar as condições para o proletariado despontar como força revolucionária capaz de conduzir a maioria nacional a protagonizar a revolução social e nacional, isto é, a revolução e ditadura proletárias. Desde o interior do PT, defendemos a necessidade de se superar o programa estalinista de subordinação do proletariado à burguesia nacional e de rechaçar, sem atenuantes, o nacionalismo burguês. As forças majoritárias do PT fizeram justamente o oposto, ressuscitaram com nova roupagem estas

posições. E não há nenhuma possibilidade, como pretendem as demais correntes, de modificação dessa linha antirevolucionária. Trata-se, portanto, de repudiá-la diretamente como antiproletária, desfazendo a ambiguidade que procura diferenciar a direção (Articulação) do partido. O PT é a Articulação, é o reformismo; um extraordinário entrave para o proletariado superar a crise de direção e aproveitar as condições objetivas favoráveis para amadurecer a etapa pré-revolucionária pela qual atravessa o país.

20) A T.POR considera esgotadas as possibilidades de defender, desde o interior do PT, a política do proletariado, portanto da organização do Partido Operário Revolucionário. Não acata a candidatura pró-burguesa de Plínio de Arruda Sampaio e outras similares, não acata as resoluções políticas de nenhum dos Encontros do PT, não se submete ao regime de regulamentação das tendências e se coloca pela derrota política da estratégia de do partido reformista em favor da organização revolucionária do proletariado. Frente à total degenerescência e da cristalização da linha pró-capitalista, a T.POR rompe formalmente com o PT e chama os militantes classistas a se colocarem pela construção do programa e do Partido Operário Revolucionário.

Do Massas nº 9 – agosto de 1990

Convergência Socialista Capitula As Esquerdas e o PT


A resolução que regulamenta a vida das tendências de esquerda do PT foi um verdadeiro *ultimatum* da Articulação e seus aliados (DS, VS, FS e NE) e um importante teste para as correntes. As principais exigências são: 1º) Reconhecer e submeter à estratégia democrática e popular (Resolução e Programa); 2º) Realizar atividades estritamente internas e que as divergências não passem de aspectos secundários (não estratégicos); 3º) Reconhecer o PT como partido socialista estratégico, isto é, não se contrapor defendendo o Partido Operário Revolucionário; 4º) Nas relações internacionais, a corrente está relacionada em última instância à política do PT; 5º) Submeter todas as suas decisões à apreciação da direção. Para se evitar um ato de forma-

lidade, a direção nacional impôs que as correntes que apresentaram no passado posições antagônicas ao conteúdo da regulamentação fizessem uma conferência aberta à participação da DN e a revissem autocriticamente.

O exemplo mais vergonhoso de acatamento a esta imposição foi o da Convergência Socialista. No dia 11 de julho, a Conferência da CS aprovou a “resolução que critica como sectária a proposta de construção da CS como fração pública do PT, aceitando se enquadrar no regulamento das Tendências Petistas e definindo o PT como o partido estratégico da revolução brasileira” (Em Tempo n.º 246).

Para fiscalizar a Conferência, participaram César Alvarez e Joaquim Soriano,

**FORA O IMPERIALISMO DO GOLFO PÉRSICO!
ABAIXO O BOICOTE!
QUE AS MASSAS ÁRABES RESOLVAM SEUS
PRÓPRIOS PROBLEMAS!**



**Organizar de fato a Greve Geral
Pôr em pé a Campanha Unificada**

Declaração da T.POR:
Contra a tração da direção do PT a aspiração das massas de construir um Partido da Classe, voto nulo nas eleições! Em defesa da política independente do proletariado, por um Partido Operário Revolucionário!
Pelos reivindicações das massas em luta!

O governo petista continua a preparar a ofensiva contra os casos de PT. As massas petistas devem estar atentas para não serem enganadas. O que não é o caso da direção do PT. As massas árabes, ao mesmo tempo, devem continuar a greve. A T.POR apoia a luta das massas árabes e a luta das massas petistas. A T.POR apoia a luta das massas árabes e a luta das massas petistas. A T.POR apoia a luta das massas árabes e a luta das massas petistas.

RESOLUÇÕES DA CONFERÊNCIA
EXTRAORDINÁRIA DA T.POR PÁG. 4
AS ESQUERDAS E O PT PÁG. 10

este último da DS. Há algum tempo, a CS vinha sendo intimada pela Comissão Executiva Nacional, formada por Perseu Abramo, César Alvarez e João Machado (DS) a se posicionar frente à seguinte caracterização: “encaminhamento externo ao partido de posições e ações políticas próprias, distintas das definidas pelo partido; atuação de parlamentares divergente com o partido; distribuição de jornal externamente ao partido; manutenção de sedes públicas próprias e outras formas de atuação públicas, tudo isto configurando uma corrente com atuação própria no movimento de massas, concorrente com o partido.”

De cerca de 81 delegados, 14 se opuseram (e 7 se abstiveram) à capitulação e propuseram constituir uma fração pública do PT. A minoria opositora, que por sinal não incluía nenhum membro da direção da CS, caracterizava a Articulação como um verdadeiro freio das lutas, identificando-a com o PT, o que é correto. Mesmo a participação dos fiscais do DN na Conferência não foi sem resistência, 25 votaram contra.

Um dos pontos centrais da resolução da maioria é este: “O PT estendeu a sua influência de massas a partir das últimas eleições presidenciais, configurando-se hoje claramente como o maior partido operário do país.” Por esta caracterização se vê que a CS não tem muito a perder aparando as arestas com a Articulação/DS, pois não tem mesmo uma crítica à estratégia burguesa do programa democrático e popular e ao frentepopulismo, que deu vida à Frente Brasil Popular. A CS é uma corrente tipicamente centrista que se desenvolve com um pé no movimento sindical e outro no eleitoralismo, o que não a diferencia em essência do reformismo petista. Não sem razão a CS não se coloca pela estratégia da revolução e ditaduras proletárias.

Qual o destino de Causa Operária?

Outra corrente que chegou a se curvar perante a regulamentação foi a CO. Há pouco tempo, essa corrente havia criticado a CS de oportunismo por se acomodar às pressões da Articulação, modificando os dizeres do seu jornal e escondendo suas sedes próprias. Agora fez mais do que isto. Pediu o registro de

tendência como dita o regimento e eliminou de seu jornal a bandeira da construção do Partido Operário Revolucionário. Chegou ao ponto de redigir uma resposta a Apolônio de Carvalho para provar que nunca caracterizou o PT como “partido institucional”, omitindo ao mesmo tempo a sua conhecida caracterização de partido pequeno-burguês democratizante. Mesmo assim, o Diretório Nacional não aceitou o pedido de reconhecimento da tendência, baseando-se em documentos da Conferência de CO de 1987. Em contrapartida, deu um prazo de três meses para que realizasse uma Conferência e fizesse as devidas revisões. Manterá a Causa Operária a caracterização do PT como democratizante pequeno-burguês? Abrirá mão da crítica à Frente Popular? Deixará de levantar a tarefa da construção do partido revolucionário em favor do PT socialista estratégico? É possível que sim, pois o CO vem já há algum tempo revendo posições antigas, como por exemplo conceber um governo dos trabalhadores do PT pela via eleitoral, em detrimento da estratégia da revolução e ditadura proletárias. Também descobriu que pode crescer na sombra do eleitoralismo e do reformismo do PT, fazendo oposição às meias, no mesmo estilo da CS. Mas nos chama a atenção o silêncio de CO quanto da realização ou não da Conferência para retificar sua linha. Provavelmente sua direção deve estar pensando: “O que fará CO fora do PT?”.

O POR conclama que a CS e CO rompam com o PT, se posicionem pelo Voto Nulo nas Eleições e levantem a bandeira do partido operário revolucionário

Está mais que evidente a burocratização do PT e seu papel de desvio eleitoral das tendências de luta das massas. O reformismo tem anulado ou reduzido a ação da CUT e dos sindicatos num dos momentos mais importantes para desenvolver a luta de classes e a organização independente do proletariado. Isto reflete a ausência da direção revolucionária e o papel central ocupado pelo reformismo para reduzir o impacto do choque entre as classes. Frente à impossibilidade de lutar como

tendência dentro do PT, com liberdade de crítica e ação independente, a permanência significa se submeter à disciplina do reformismo e a negação do objetivo de estruturar o partido da revolução proletária. Para que isto não aconteça o POR se negou a aceitar a camisa de força da regulamentação e chama a CS e a CO a romper com o PT e defender o voto nulo.

DS: O braço direito da Articulação

A DS tem sido a mais obstinada defensora da regulamentação repressivo-burocrática das tendências. A razão disto está em que se posicionou pela estratégia do governo democrático popular, o qual iria depois de eleito provocar uma ruptura no poder do Estado e abrir caminho para a revolução. O simples fato do PT ter ganho terreno nas disputas eleitorais já lhe é o suficiente para atribuir-lhe um caráter de massa e a vocação de partido revolucionário pela caracterização que o PT já é esse partido.

Assim, desde o V Encontro, veio batallhando para que a direção nacional fixasse as normas de funcionamento das tendências, cuja essência é o reconhecimento do PT como partido socialista. O que certamente é falso, pois o seu programa é abertamente reformista e social-democrata. Nem de longe se pressupõe expropriar pela via revolucionária a propriedade dos meios de produção, destruir o Estado capitalista e implantar um governo revolucionário do proletariado, apoiado na maioria nacional oprimida.

Porém, movida pela idéia de que o PT é o partido socialista revolucionário, a DS se aliou à Articulação e seus satélites (VS, NE) para exigir que todas as correntes rezassem pela cartilha socialreformista, se autoenganando de socialista. Como prêmio, a DS passou a ser um dos juizes da conduta das demais correntes, figurando na comissão regulamentadora ao lado da Articulação. João Machado, reconhecido dirigente da DS, tornou-se verdadeiro chefe (cão de guarda) munido de poderes para propor a expulsão das correntes rebeldes. É dessa forma que essa gente (mandelistas) escala o poder da burocracia partidária, e emporcalha Trotsky, ao se reivindicarem trotskistas.

Do Massas nº 109 – 1º quinzena de maio de 1996

A violência reacionária e a violência revolucionária

A quantidade de camponeses mortos e o requinte de crueldade como foram assassinados pela polícia militar trouxeram à tona o problema da violência. O Presidente FHC caracterizou de retrógrado tanto a polícia “mal preparada” quanto o movimento dos sem-terra, devido à violência de ambas as partes e por estarem do lado oposto do “Brasil moderno”. Os reformistas do PT exigiram uma política de reforma agrária do governo para levar a paz para o campo. Os vários organismos da política burguesa, denominados de democráticos, se queixaram contra a impunidade e predicaram para que desta vez seja apurada a responsabilidade da polícia militar.

Nenhuma das colocações sobre a violência foi à raiz, à origem. A violência é o resultado da luta de classes. A polícia militar apenas cumpriu a função de guardião da propriedade privada dos meios de produção. A burguesia enquanto classe não pode enfrentar diretamente os explorados, por ser uma classe ultra-minoritária. Assim sustenta, através do Estado, seu braço armado, e também forças paramilitares, assassinos de aluguel etc. Não há repressão ou massacres por parte do aparato repressivo que não sejam fruto das relações de produção, exploração do trabalho e apropriação capitalista da riqueza.

A resposta violenta que possa dar os explorados tem a mesma origem, mas não o mesmo conteúdo. A violência da burguesia é para manter a fome e a miséria das massas, ou seja, para proteger os capitalistas, os latifundiários. A violência da classe burguesa se volta contra as massas, que produzem toda a riqueza e que vivem na miséria (uma outra forma de violência capita-



lista). Opostamente, a violência dos explorados nasce da necessidade de se proteger contra a fome e se desenvolve em direção à destruição do capitalismo, da sociedade de classe. Eis porque os trabalhadores têm de recorrer aos comitês armados de autodefesa e no processo da luta está obrigado a resolver o problema do armamento das massas, para conseguir assim derrotar o poder armado da burguesia. A violência das massas, como vemos, é progressiva e revolucionária, porque permite que a classe operária, os camponeses pobres e demais oprimidos possam pôr fim à fonte de fome e da própria violência de classe.

Agora, concretamente, como se deu a violência em Eldorado de Carajás? Os sem-terra mantêm ocupada a fazenda Macaxeira e organizaram uma auto-defesa elementar, com armas de baixo poder bélico, basicamente espingardas. Tal medida resultou das inúmeras experiências de massacres e assassinatos, que somente no Pará ultrapassam a casa da centena. Ainda está na memória o massacre de

30 garimpeiros, em dezembro de 1979, a mando do governador Hélio Gueiros. Também é de domínio público que a maioria dos crimes contra camponeses e lideranças não foi apurada e os poucos assassinos condenados foram soltos através de fugas simuladas e estão livres de qualquer infortúnio com a lei.

Pois bem, há pouco tempo a imprensa burguesa realizou a maior propaganda sobre o movimento armado dos sem-terra, enfocando os camponeses ocupantes da Macaxeira, com o claro objetivo de exigir do governo medidas de desarmamento. O governo federal e estadual procuravam uma via negociada para o problema, sabendo que teriam de desencadear um princípio de guerra civil, caso optassem pelo confronto policial.

Na quarta-feira, do dia 22, o governo do estado do Pará e sua polícia encontraram uma situação propícia para iniciar o ataque. A marcha pacífica e o protesto poderiam muito bem ser dissuadidos e controlados, por métodos que a polícia conhece muito bem. No entanto, os gorilas saíram das jaulas com o objetivo explícito de esfaquear, e principalmente exterminar com as lideranças, como mostram os laudos.

A matança na rodovia PA 150 visou atingir a milícia semi-armada dos ocupantes da fazenda Macaxeira. Temos aí um caso de chacina premeditada a serviço dos latifundiários. A violência reacionária da burguesia mostra ser a imagem e semelhança de uma classe apodrecida e historicamente agonizante. O Brasil moderno do governo antinacional e antipopular de FHC é esse dos velhos coronéis e do aparato policial-militar homicida.

Do jornal Massas nº 89 – 2ª Quinzena de junho de 1995

A heróica greve dos Petroleiros

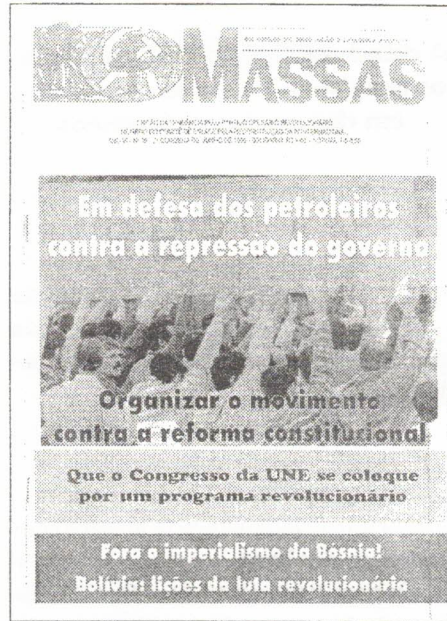
A greve dos petroleiros ressaltou a força social da classe operária. Dizemos da classe operária, porque mostrou que esta é a verdadeira responsável pela produção de riquezas. Tal conclusão parece óbvia, porém não é bem assim para os próprios trabalhadores, que individualmente não vêem a força coletiva, principalmente em situação de passividade. Na luta grevista de trinta e um dias, os petroleiros revelaram a si próprios e a toda sociedade que têm a produção em suas mãos, podendo tanto movimentá-la quanto paralisá-la. O mesmo ocorre com o conjunto do proletariado, responsável direto pelo funcionamento da economia.

O coração e artérias do sistema capitalista de produção são as fábricas, que interligadas formam um complexo. A classe operária se distingue das demais (burguesia e pequeno-burguesia) pelo lugar estratégico que ocupa nesse complexo de relações de produção. Ela processa toda a produção com sua energia físico/mental e serve de força de trabalho para a exploração capitalista.

Enquanto é responsável pela geração de todos os bens fundamentais, a propriedade das fábricas e os bens produzidos não lhes pertencem. São dos proprietários capitalistas ou de seu Estado, como no caso da Petrobras enquanto não for privatizada. A greve tem o poder de revelar tal contradição, anomalia.

Os petroleiros mostraram que podem parar a economia porque são parte fundamental de seu funcionamento. A classe operária de conjunto, portanto, é a potência que pode transformar as relações capitalistas de produção, pondo fim à contradição que está na base do sistema burguês de exploração do trabalho. Ou seja, a contradição entre a produção social (esforço coletivo), a propriedade capitalista dos meios de produção (fábricas etc) e a apropriação privada de tudo que é produzido pela parasitária classe burguesa.

É verdade que imediatamente o governo combateu com mãos de ferro a greve petroleira devido a que acelerava a falência do Plano Real e se chocava com o Plano pró-imperialista de privatização. Nas condições desta greve, não estava colocado imediatamente o fim do



sistema de exploração. Entretanto, a magnitude da greve expôs o confronto com o Estado patronal. Em última instância, a burguesia derrota uma greve ou a desfaz atendendo alguma reivindicação para proteger sua propriedade dos meios de produção e seus privilégios de classe parasitária, que vive do trabalho alheio.

Não podemos desconhecer que nos grandes confrontos, mais do que nos pequenos, sempre se coloca em questão o lugar que ocupam as classes nas relações de produção. Os operários, que descobrem serem os senhores da produção, e os escravizadores, que agem violentamente para manterem-se no controle da propriedade dos meios de produção. O Estado e o governo são o poder geral que garante a ditadura de classe dos capitalistas sobre as massas exploradas, sem a qual esta não poderia assegurar o domínio da economia e determinar o destino de milhões de seres.

Que importância tem essa compreensão para se entender o que se passou na tão vigorosa greve dos petroleiros?

A potência da greve petroleira e seu erro tático

O governo estava determinado em derrotar os grevistas, mas a direção dos petroleiros não estava disposta a derrotar o governo. Os fatos mostram que o governo se utilizou dos meios disponí-

veis e que as direções da FUP (Federação Única dos Petroleiros) e da CUT não fizeram o mesmo.

Pela lei de greve da burguesia, os operários estão obrigados a continuar produzindo, na proporção de 30%. A direção acatou até o fim. Onde isso não ocorreu, foi por determinação das bases radicalizadas.

O governo se utilizou do julgamento do TST, fraudulento e patronal, para permitir e pressionar o retorno ao trabalho. E as direções mantiveram a greve no mesmo patamar.

O governo, vendo que mesmo assim não quebrava a vontade de aço dos operários, mandou as tropas ocuparem 4 das refinarias. Diante da violência militar, as direções não tomaram nenhuma iniciativa de mobilização geral dos trabalhadores. A não ser choramingarem que Fernando Henrique Cardoso se mostrava inflexível, para um presidente democrático. Os fuzis tomavam postos nas principais refinarias e a burocracia sindical se encolhia em nome da democracia burguesa.

Enquanto o governo fazia tremenda campanha junto à população e as distribuidoras de gás contribuía sonogando os produtos estocados, os burocratas se enfiavam nos corredores do Congresso Nacional e lá permaneciam articulando o fim da greve. Depois de tudo isso, é claro que não teriam ânimo sequer para responder aos absurdos processos de indenização de 35 milhões de reais.

A negação da CUT em organizar uma grande campanha nacional de defesa da greve e de uma plataforma de luta unificadora das massas, que culminou com o rechaço à convocação da greve geral, mostra bem a atitude capituladora da burocracia sindical reformista. O próprio presidente da FUP, Antônio Carlos Spis, afirmou que ainda bem que a CUT não decretou a greve geral porque não sairia. É claro que não poderia sair através de uma direção que se nega a preparar as condições políticas, quando no país estouraram greves por todo lado. E quando era visível o profundo descontentamento das massas, que ainda muito lentamente começam a compreender o significado antinacional e antipopular

do Plano Real.

A conduta manobrista e capituladora das direções não ocorreu por debilidades pessoais de Spis, Vicentinho, Lula etc. Ela se explica pelo conteúdo de classe da política da burocracia reformista. Em outras palavras, dos eu conteúdo burguês. O aprofundamento da greve petroleira e sua ampliação para outras camadas abririam um choque monumental contra o governo neoliberal e sua política pró-imperialista. mais do que isso, questionaria o Congresso fantoche das potências imperialistas, tido pelos reformistas como santuário da democracia a ser aperfeiçoada.

Temos visto que a classe operária de conjunto não tem podido se manifestar contra o Plano reacionário do governo, porque não tem tido a chance de compreender claramente o seu real significado, graças à atitude colaboracionista das direções reformistas e direitistas (Força Sindical). Os petroleiros, ligados diretamente à estatal e mais politizados, com sua greve abriram uma trincheira de resistência à ofensiva pró-imperialista. O temor do governo e da burocracia colaboracionista, neste caso, é comum. De mãos dadas, temem que as massas se unifiquem em torno do proletariado e marchem contra a globalidade da política neoliberal. Isso agudizaria tremenda-

mente a luta de classes, uma vez que o governo segue as determinações externas de impor totalitariamente o Plano, se assim for necessário.

A ditadura civil de FHC persegue os grevistas. Por uma campanha em defesa dos petroleiros

O retorno ao trabalho nas condições impostas pela ditadura civil de FHC permitiu que o governo tivesse as mãos livres para golpear a vanguarda combativa e perseguir as direções, ainda que estas tenham se mostrado conciliadoras.

Os inquéritos policiais já começaram. A Justiça da burguesia aciona os sindicatos para que paguem 2,1 milhões de reais cada um de indenização e ameaça com o confisco dos bens.

Os demitidos continuam fora das refinarias. Novos processos estão sendo abertos para cassar aqueles que ocuparam locais de trabalho e radicalizaram o método de luta.

Os negociadores do governo deixaram claro que não farão nenhuma concessão às reivindicações do movimento. E que pressionarão os operários para reporem as perdas dos dias parados.

Por todos os lados, a ditadura civil cerca os trabalhadores para reprimi-los

exemplarmente. O princípio da burguesia é de esmagar o máximo possível os revoltosos, para assim retardar o inevitável novo levante.

Ocorre que a derrota dos petroleiros foi apenas parcial. A capacidade de luta demonstrada, a ponto de desconhecer as decisões do TST e resistir por 31 dias às pressões do governo, não foi destruída. Um exemplo é que os petroleiros da Replan, Rio de Janeiro, em assembléia, já ameaçaram voltar à greve. A mesma disposição demonstraram os petroleiros do Paraná.

Novamente, é a direção que está abafando o ânimo dos operários. A vontade de se voltar à greve está ditada pela necessidade de reagir diante das arbitrariedades e perseguições policiais. As bases sabem que não têm como se defender e defender o próprio sindicato senão através da luta grevista. É a burocracia que procura iludir e se iludir com as negociações de cúpula.

Trata-se do conjunto do movimento operário de se manifestar contra tais perseguições. Denunciamos a atitude covarde de Vicentinho, Lula e companhia de não reagirem à altura da repressão desfechada pela ditadura civil.

Abaixo a repressão as grevistas!

Pelo atendimento de suas reivindicações!

Pela organização de uma campanha nacional em defesa dos petroleiros!

Do jornal Massas nº 16 – agosto de 1991

SU renega Revolução Russa como referência estratégica

De 07 a 17 de fevereiro, realizou-se na Itália o XIII Congresso Mundial do SU (Secretariado Unificado) que tem como expressão no Brasil a tendência Democracia Socialista do PT. Mereceram destaque os seguintes pontos de sua resolução:

Diz a resolução aprovada “Se Revolução Russa, enquanto experiência fundadora, constitui ainda hoje uma contribuição histórica e programática sempre necessária a um projeto autêntico de transformação socialista, ela não representa mais a referência estratégica central em função da qual se definem os revolucionários do mundo inteiro”. E que “a potência das aspirações democráticas em escala planetária inspiram as referências do programa a ser colocado em prática para tornar o projeto socialista atrativo e com credibilidade

na fronteira do século XXI”.

Ou seja, para o SU, a estratégia que guiou a revolução russa (ditadura do proletariado) não serve mais como referência, mas o “programa a ser colocado em prática” deve ter como referência estratégica as “aspirações democráticas”, ou seja, a “democracia”. A confissão do SU é a negação de um ponto essencial do marxismo, que é a necessidade do proletariado, à cabeça das massas oprimidas, tomar à força (pela via insurrecional) o poder da burguesia, destruindo o Estado Burguês (revolução proletária) e construir o Estado Operário, que só poderá cumprir sua missão histórica se lutar incansavelmente para acabar com a propriedade privada dos meios de produção e colocar a economia do país nas mãos

das massas. Isso só será possível com a ditadura da maioria explorada contra a minoria exploradora (ditadura do proletariado). Não foi a estratégia revolucionária que “perdeu credibilidade” ou que faliu, mas sua negação, encarnada no estalinismo. Não é a ditadura do proletariado que está levando à falência as economias da URSS e do Leste Europeu e sim as ditaduras burocráticas do estalinismo, que retiraram a economia das mãos das massas e agora a estão entregando ao imperialismo. Só é possível lutar consequentemente contra a ditadura burocrática se se defender a ditadura proletária e não a democracia burguesa, travestida de socialismo democrático. Esta sim abrirá os caminhos para a penetração imperialista.

LIT-QI – Revisionista do Programa de Transição

Um dos pressupostos dos documentos centrais para o IV Congresso Internacional da LIT é o de que os acontecimentos do Leste Europeu e da ex-URSS exigem que se faça uma atualização do Programa de Transição já empreendida por Nahuel Moreno. Caberia assim aos dirigentes da LIT prosseguirem a obra de atualização do programa da IV Internacional, uma vez que a desagregação das ditaduras estalinistas confirmou as previsões de Moreno, principalmente quanto a duas etapas da revolução política, ou seja, a revolução democrática de fevereiro (refere-se à comparação com o Fevereiro de 1917 na Rússia), que seria espontânea e objetiva, inconscientemente, e posteriormente a revolução de outubro (refere-se à revolução proletária de Outubro na Rússia), que seria dirigida pelo partido revolucionário, consciente.

Através desta distinção, que por sinal deforma completamente o caráter e a relação da revolução Fevereiro na Rússia, uma vez que a distingue por ser inconsciente (espontânea), Moreno chega à categoria do fevereiro socialista inconsciente (espontânea), que se transformará em revolução consciente com o Outubro. Diz: "Podemos dizer que este pós-guerra é a etapa da revolução socialista inconsciente ou de fevereiro generalizada a nível de todo o planeta" (Atualización Del Programa de Transición, pág.73).

A teoria da revolução socialista que começa inconsciente e se transforma em consciente com a direção do partido nada tem a ver com o marxismo, ou seja, com um dos seus aspectos fundamentais que é a teoria da revolução permanente. A colocação de uma tarefa espontânea prévia à revolução dirigida pelo partido proletário não resiste sequer à análise que Trotsky faz da revolução democrática burguesa de fevereiro, na qual destaca o trabalho revolucionário prévio do bolchevismo.

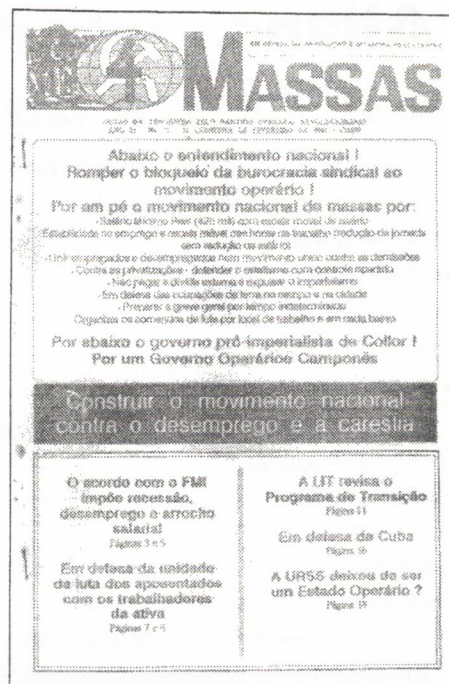
Por essa via, se confunde e revisa uma das teses básicas da teoria da revolução permanente, que diz respeito às tarefas democráticas da revolução proletária nos países semicoloniais. As transformações agrárias (liquidação do latifúndio no Brasil, por exemplo) e a independência nacional são tarefas históricas que a burguesia não mais pode resolver, por isso o caráter

democrático da revolução é dado pelo conteúdo histórico das tarefas, que somente encontrarão solução mediante a revolução proletária, que significa a implantação da ditadura proletária.

É inconcebível para o marxismo a revolução democrática que não seja realizada pela conquista do poder pelo proletariado, que imediatamente se põe a destruir as relações burguesas de produção, transformando as tarefas da revolução democrática em socialistas. Com absoluta clareza, Trotsky formula assim a questão: "A ditadura do proletariado, que sobe ao poder na qualidade de direção da revolução democrática, se encontra inevitável e repentinamente, ao triunfar, ante objetivos relacionados com profundas transformações do direito da propriedade burguesa. A revolução democrática se transforma diretamente em socialista, convertendo-se com isso em permanente". Essa formulação comparece nitidamente no Programa de Transição.

Nos próprios termos da revolução permanente, o problema essencial da revolução democrática está em o proletariado dirigir-la através de seu partido, condição para se transformar diretamente em socialista. Se o proletariado não amadureceu significativamente para ser direção da maioria oprimida desde o início da revolução, a conclusão a que Trotsky chega é que não poderá triunfar a revolução proletária fracassando a solução das próprias tarefas democráticas. "Um país colonial ou semicolonial, cujo proletariado resulta insuficientemente preparado para agrupar em torno de si os camponeses e conquistar o poder, se acha por isso mesmo impossibilitado para levar até o fim a revolução democrática (...)" (Revolução Permanente). Está claro que a revolução democrática nos países semicoloniais só poderá ocorrer de fato sob a ditadura do proletariado. De onde então Moreno tirou a conceituação de revolução de fevereiro socialista inconsciente? Só pode ser do velho etapismo menchevique.

Um outro ponto essencial do revisionismo da LIT está na defesa do Programa Mínimo para se construir a chamada Frente Única Revolucionária (FUR). "A aplicação da FUR e a elaboração do programa mínimo revolucionário é uma tarefa que



não se pode concretizar à margem da realidade de cada país e do grupo com o qual pretendemos fazer a FUR" (Projeto de Documento Mundial). A introdução do Programa de Transição começa justamente por rejeitar a divisão entre programa mínimo e máximo, realizada pela social-democracia. Porém, os morenistas em nome da construção de um "partido trotskista com influência de massa" a ressuscitam. E por quê? Porque consideram que tal partido será o resultado de fusões com correntes centristas (trotskistas) cujo ponto de partida será o da construção da FUR sob um Programa Mínimo. A essência do programa mínimo está em que sonega a estratégia da revolução proletária. Como os centristas são avessos aos objetivos históricos do proletariado, nada melhor do que abolí-la como fator de construção do partido. Desta forma, a FUR se transforma numa estratégia de formação do partido centrista, que é próprio do morenismo, e da estratégia democratizante do governo dos trabalhadores.

Esta concepção oportunista levou a LIT a embelezar de revolucionários caudilhos como Lula, Walesa etc. A anulação da LIT frente à tarefa central de combater sem trégua a burocracia sindical e o reformismo é de tal monta que chegou a conceber a possibilidade de Walesa restaurar a ditadura proletária não burocrática e Lula abrir caminho para a revolução socialista no Brasil. As consequências práticas do revisionismo morenistas são drásticas, pois têm levado à desfiguração do trotskismo e à decomposição de uma parcela da vanguarda militante.

Do Massas nº 101 – 2ª quinzena de novembro de 1995

Aliança Operária e Camponesa e a Tática do Reformismo

Os reformistas, que são a direção hegemônica, tanto no movimento operário quanto no camponês, dizem que a única forma de alcançar algum progresso em favor das massas é através dos métodos democráticos. Com isso querem convencer de que a burguesia está apta a assimilar as pressões pacíficas e realizar as reformas almeçadas.

Consideram, para isso, que existe uma fração “conservadora” e outra “progressista” no interior da classe capitalista. Assim os métodos de luta dos explorados não poderiam fazer mais do que pressionar a ala progressista a realizar mudanças. A luta dos trabalhadores não teria outra função senão aumentar a cisão entre “conservadores” e “progressistas”. E também criar as condições para a participação dos oprimidos nas decisões do Estado, através de uma aliança com a fração burguesa “progressista”, de forma a isolar a “conservadora”.

Em sua essência, este pequeno resumo da política reformista nos mostra a sua estratégia e tática. A estratégia é democratizar o capitalismo e a tática é a de estabelecer uma aliança entre uma fração capitalista e os explorados. Em função dessa linha, a direção reformista, em sua maioria vinculada ao PT, divide profundamente os trabalhadores.

Como assim? Utilizam a tática de limitar o método da ação direta a pequenas parcelas dos oprimidos. Ou seja, evitam unificar sobre um mesmo programa as amplas massas e generalizar o combate. Por exemplo: No meio operário, as greves são isoladas por fábricas, às vezes até por seção. As campanhas salariais não são unificadas. A separação da classe operária em categorias profissionais, obra da divisão social do capitalismo, é mantida rigidamente pela burocracia reformista (não é preciso nem falar da direitista Força Sindical). É como se os metalúrgicos, têxteis, químicos, frios etc. não fossem da mesma classe, sofossem a mesma opressão, não tivessem



os mesmos interesses e não pudessem se unificar em torno de um mesmo programa.

A divisão corporativa da classe operária em categorias, essas por sua vez em fábricas e, finalmente, em seções é sustentada e utilizada pela política reformista de aliança com os chamados setores “progressistas”.

No essencial, a tática divisionista da classe operária e da unidade com a fração burguesa objetiva evitar que as lutas inicialmente econômicas se transformem em luta política contra o Estado burguês, ou seja a luta de classe contra classe. Nesse sentido os reformistas, aliados a setores da burguesia, bloqueiam as tarefas históricas da classe operária se constituir em classe independente (revolucionária) e dirigente da maioria nacional oprimida.

A estratégia e tática anti-operárias e conciliadoras dos reformistas também calam fundo no interior do movimento dos sem-terra. Em palavras cantam o refrão da aliança operária e camponesa, mas a negam na prática e no programa. A linha de aliança com a fração “progressista” da burguesia, que diga-se de

passagem é a marca registrada do velho PCB (estalinismo), responsável por tantas traições, é antagônica à aliança operária e camponesa. Ela conduz o MST a se colocar sob a mesma direção política que divide o movimento operário.

Por isso não é estranho o fato da direção dos sem-terra limitar a luta camponesa a alcançar alguns assentamentos através da própria política do PSDB. E desconhecer o verdadeiro significado da aliança operária e camponesa para quebrar integralmente o poder dos latifundiários. Eis porque o objetivo estratégico da direção reformista, claramente expresso, é o de atingir apenas os latifúndios improdutivos, que na verdade nem isso alcança.

Esquece-se deliberadamente que a maior massa camponesa está à mingua nos minifúndios, esmagados pelos latifúndios e pelo capital comercial.

Por esta via, não haverá uma verdadeira revolução agrária que coloque a terra à disposição das amplas massas camponesas. O Partido Operário Revolucionário rejeita e combate a estratégia reformista de sustentação do capitalismo e a tática reacionária de se alinhar com qualquer das frações capitalistas para se realizar reformas.

Sem dúvida, não devemos desconhecer as divisões interburguesas e sua importância para o avanço das lutas. Porém é preciso ter claro que qualquer fração burguesa pertence a reacionária classe capitalista e que suas diferenças vêm no sentido de como melhor defender seu domínio frente às massas ameaçadoras.

Também não desconhecemos que pode haver reformas. Mas serão arrancadas à força da burguesia através da luta unitária e de massas. E apenas serão alcançadas para que o proletariado, em aliança com o campesinato, e as demais classes oprimidas, avançar a luta de classe contra classe rumo à revolução social, ou seja, expropriação geral da burguesia e tomada de seu Estado.

III Congresso da T.POR

Um dos pontos básicos da Resolução Programática do II Congresso, a ser realizado em fins de janeiro, é sobre a caracterização do Brasil como país capitalista semicolonial. Através da formação e desenvolvimento histórico do capitalismo brasileiro, submetido à lei do desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista mundial, demonstramos a impossibilidade da burguesia solucionar o atraso, e a necessidade da revolução proletária.

Não basta caracterizar de país capitalista, ou seja, que seu modo de produção dominante se baseia na exploração assalariada, e na acumulação da propriedade dos meios de produção nas mãos da burguesia e na acumulação de capital. É necessário distingui-lo dos países capitalistas dominantes, que são imperialistas.

A realidade mostra que o mundo está dividido em um punhado de nações altamente desenvolvidas e numa vasta quantidade de nações economicamente atrasadas. O Brasil, com todo o seu desenvolvimento industrial, não logrou superar sua condição de atraso. Na atualidade, continua a arrastar formas pré-capitalistas de produção implantadas de fora para dentro pela colonização portuguesa. O latifúndio arcaico e improdutivo expressa tal herança, que se constitui num obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

A Resolução demonstra que o Brasil foi incorporado na constituição do mercado mundial inicialmente na forma de colônia e em seguida na de semicolônia, refletindo o fenômeno universal do capitalismo internacional, que forma uma unidade desigual e combinada de nações dominantes adiantadas e nações dominadas atrasadas.

Na divisão internacional do trabalho, o capitalismo cria uma interdependência insolúvel entre os países altamente industrializados e possuidores da maior parte da acumulação de capital e os países fornecedores de matérias-primas, de mão-de-obra barata, de mercado e carentes de capitais. O desenvolvimento histórico do capitalismo no Brasil se deu sob essa rígida interdependência, a tal ponto que o máximo que pôde alcançar foi sua passagem de colônia para semicolônia.

III Congresso da T.POR

Pela construção da frente Revolucionária Antimperialista

Itamar mantém e aprofunda a política de do corrupto Collor!

Abaixo o governo antinacional e antipopular!

A lei do desenvolvimento desigual e combinado se manifesta de maneira particular nos países semicoloniais. Em nosso caso, a colonização determinou a existência de áreas utilizadas para os interesses mercantilistas metropolitanos de acordo com as exigências do mercado mundial e relegou o conjunto do país ao mais profundo atraso. A independência do país e sua evolução capitalista não superou a estrutura combinada do atraso e do avanço das forças produtivas concentradas em determinadas regiões e áreas.

A sua industrialização tardia esteve condicionada pelo domínio imperialista do mercado mundial, a ponto de limitar o extraordinário potencial da formação do mercado nacional. Ao mesmo tempo que desenvolveu em grande magnitude a região sudeste, manteve no atraso o restante do país. Não é por acaso que se costuma dizer que o Brasil é uma Belíndia, isto é, tem dentro de si uma Bélgica e uma Índia, a mais avançada técnica de produção industrial e a mais arcaica forma pré-capitalista de produção agrária. A maioria nacional trabalhadora sustentada com sua miséria tal economia, que a mantém em condições semibárbaras.

Como vemos, a interdependência entre países oprimidos e opressores é uma condição de formação histórica do modo mundial de produção capitalista e, portanto, de sua própria existência. A lei econômica e histórica do desenvolvimento desigual e combinado é intrínseca à forma capitalista de produção. Uma

das leis essenciais do capitalismo é a da exploração e acumulação de capital. Isto se dá ao nível da exploração da força de trabalho do proletariado e do saque das potências imperialistas sobre as semicolônias. Eis porque, uma vez conformado como sistema mundial, torna-se impossível que as nações semicoloniais deixem de ser fonte de exploração do imperialismo nos marcos do regime capitalista. Uma vez que o Brasil está submetido à unidade maior das forças produtivas mundiais controladas pelo imperialismo, não pode se livrar das crises desintegradoras do capitalismo internacional. A sua economia mantida no atraso se vê obrigada retroceder frente à crise estrutural de superprodução, como a que o mundo atravessa atualmente.

O objetivo do Partido Revolucionário é transformar essa realidade adversa à vida da maioria trabalhadora. Para isso, está obrigado a conhecer a fundo as leis gerais do capitalismo e suas expressões concretas manifestadas no país. A conclusão da impossibilidade do Brasil romper com o atraso e com sua condição de país oprimido no âmbito do capitalismo é de ordem histórica. O que quer dizer que somente a revolução proletária pode resolver tal contradição, que inviabiliza o livre desenvolvimento das forças produtivas a erradicação da miséria das massas.

A particularidade de país semicolonial coloca tarefas também particulares para a revolução. Grandes problemas nacionais como o da independência do Brasil frente ao imperialismo, as transformações agrárias, o desenvolvimento homogêneo das forças produtivas internas, fim dos desequilíbrios regionais, erradicação do desemprego crônico e eliminação da miséria) dependem para sua solução da destruição da hegemonia da classe dirigente burguesa no Estado através de sua derrubada revolucionária pelo proletariado, apoiado na maioria oprimida, e expropriação dos meios de produção capitalista, que serão transformados em socialistas.

Estes pontos aqui sintetizados fazem parte de uma análise programática mais geral da Resolução. Chamamos os trabalhadores a participarem desta formulação coletiva do III Congresso da TPOR.

Do Massas nº 147 – 2ª quinzena de fevereiro de 1998

Assembléia para a luta versus aceitação e negociação das demissões

A ocupação da sede da Apeoesp por professores expressou a revolta de um setor da classe contra o imobilismo da direção diante de 40 mil demissões promovidas pelo governo Covas. Começou como uma ação espontânea, de revolta de uma parcela de professores de base, contra o cancelamento arbitrário e sumário da assembléia geral de 13/02 pela direção sindical. Ganhou força por pressionar a diretoria do sindicato e a direção da CUT, atualmente empenhados nos conchavos com o governo e os patrões ao redor de como minimizar os efeitos das demissões que atingem todos os setores. Não conseguiu projetar a ocupação para o conjunto dos professores e da sociedade, por isso não teve força para derrotar a burocracia sindical vendida. Foi desmantelada pelo uso do aparato gangsteril remunerado da burocracia reformista. Mas apontou o caminho da luta, denunciou a cumplicidade da direção da Apeoesp com o governo e mostrou que os burocratas que se apoderaram do sindicato são obrigados a utilizar de todos os meios, inclusive a contratação de capangas “bate-paus”, para poder aplicar uma política oposta às necessidades e interesses dos trabalhadores. Quanto à oposição, cabe assimilar a experiência da luta e caminhar no sentido de se estruturar sobre a base do impulso à ação direta, à mobilização independente dos professores, o que só pode se dar com a aplicação da política revolucionária do proletariado, portanto do programa da revolução proletária.

Demissões fazem parte da política de Covas para a Educação

O governo Covas vem aplicando a fundo a política ditada pelos organismos do imperialismo, particularmente na educação. A destruição do ensino público é o caminho para cortar gastos, desviando-os para o sustento do parasitismo financeiro, e para fortalecer as escolas privadas em todos os níveis.

Nesse sentido, Covas vem impondo passo a passo seu plano. O fechamento de escolas e a exclusão de professores e alunos, as “parcerias”, as “avaliações”, os ataques ao ensino técnico e noturno, a municipalização, o plano de carreira etc. vêm todos no mesmo sentido: redução das despesas públicas com a educação e da qualidade do ensino, limitando-o às noções básicas de mal ler, escrever e fazer contas.

A nova grade curricular, que reduz o nú-

mero de aulas e estende a jornada e a carga de trabalho sobre os professores, leva inevitavelmente às demissões em massa. Isto porque obriga cada professor a assumir mais salas para manter a mesma jornada de trabalho, o que leva à disputa pelas aulas. Os professores efetivos e os de melhor pontuação ficarão com as aulas dos mais jovens, que, sem aulas, ficarão desempregados. Já se reconhece que as demissões serão de pelo menos 25 mil, mas podem atingir 40 mil. É o maior ataque já feito por um governo contra os professores e contra a Educação. Mas não vai parar por aí. Com a aprovação da reforma administrativa no Congresso, acabou a estabilidade no emprego. Daqui a alguns meses, haverá novas demissões. Quanto mais Covas puder atacar a educação para reduzir os gastos com ela, assim ele o fará. É preciso entender que se trata de um projeto geral de destruição da educação. Assim é que se pode travar uma luta conseqüente contra ele.

A linha reformista para se colocar diante das demissões de Covas

Diante dos ataques de Covas, a diretoria da Apeoesp tem respondido sempre evitando o confronto, em especial a luta grevista. Tem procurado sempre negociar com o governo cada medida da reforma do ensino em separado, pretendendo claramente remendá-la, “aperfeiçoá-la”. Opõe-se a travar o combate às reformas de Covas no seu conjunto. Baseia-se na pressão parlamentar, nas negociações etc. E o que tem conseguido com isso? Nada. As reformas continuam a ser aplicadas, sem uma resistência organizada e de luta da classe. A política da diretoria tem levado à derrota dos professores contra o governo e ao fortalecimento da linha privatista e destruidora do ensino.

No caso da grade curricular, a diretoria vinha negociando com o governo sua aplicação, às costas dos professores, que permaneciam desinformados e desmobilizados sobre o que estava por vir. Depois de muito conchavo, a diretoria inseriu pequeníssimas modificações na aplicação da grade. Apontou para os professores que estes deveriam “fiscalizar” a atribuição de aulas, não deveriam preencher toda a jornada semanal e deixar uma parte das aulas para seus colegas. A redução do número de aulas assumidas significa a redução dos salários, já miseráveis.

Na essência, a diretoria negociou com o governo um acordo que pretendia ameni-

zar (e não impedir) as demissões, assim como fizeram seus colegas do sindicato metalúrgico do ABC, na Volks e em outras empresas. Todos esses são acordos de traição, que desarmam os trabalhadores a enfrentar o ataque patronal. Esses burocratas vêem o crescimento das demissões como algo inevitável na conjuntura atual, e diante de tal fato só resta buscar amenizar seus efeitos sociais. Com essa visão, colaboram com os exploradores e o governo, ajudando-os com a paralisia das organizações de massa, as quais deveriam ser instrumentos de combate em defesa do emprego e salário.

Quando perceberam que as demissões iriam explodir em dezenas de milhares, procuraram se apresentar em posição contrária ao governo. Mas, ao mesmo tempo em que falavam até mesmo em greve, os burocratas apostavam na possibilidade de reverter uma pequena parte das demissões através dos conselhos de escola, da apresentação de planos de trabalho, do remanejamento de aulas etc. Dessa forma, protelaram qualquer possibilidade de ação da classe para março, depois que as aulas já estivessem atribuídas e o ano letivo iniciado. Deve-se dizer também: nada até que os professores demitidos estivessem longe das escolas e os que permaneceram ficassem enfraquecidos. Essa política da direção da Apeoesp aponta para a derrota, para a aceitação de dezenas de milhares de demissões, para a divisão entre empregados e desempregados, para o fortalecimento do plano destruidor da Educação de Covas.

O combate verdadeiro às demissões é feito com greve

A grade curricular não pode ser vista como uma questão isolada. Ela faz parte do plano mais geral de Covas. É um mecanismo de demissão de professores e de queda ainda maior da qualidade no ensino. Não se pode aceitá-la, nem mesmo em parte. Deve ser combatida. Não se pode negociar a eliminação dos meios de sobrevivência de dezenas de milhares de professores. O que está colocado é a luta em defesa do emprego e salário para todos. Não se pode dividir o movimento entre empregados e desempregados. Deve-se mostrar que o governo pretende que os empregados de hoje sejam os desempregados de amanhã, e que por isso a luta em defesa do emprego é de todos, é uma só.

Para isso, não se pode ficar esperando as

miseras duas ou três aulas que podem aparecer dos conselhos de escolas, apresentação de projetos, remanejamento de aulas etc. É preciso convocar imediatamente uma campanha de luta, chamar os professores a comparecerem a uma assembléia geral que decida pela greve, pela luta direta contra Covas e seu plano, e em defesa do ensino público e gratuito. Somente colocando-se em luta os professores poderão projetar seu confronto com o governo para o conjunto da sociedade, que sofre com as conseqüências da aplicação do plano antinacional e antipopular de FHC, do qual as reformas de Covas fazem parte. Assim poderão ganhar a força necessária em seu movimento para derrotar Covas e assegurar o trabalho e de-

fender a educação.

O choque entre as duas linhas

A recusa em chamar os professores a resistir às demissões colocou a diretoria numa sinuca. Sua colaboração com as demissões jogou a maioria dos demitidos contra ela. A política de paralisia aplicada até a atribuição das aulas impede que possa mobilizar um setor mais conservador da classe em defesa de sua linha reformista. Pretende negociar com o governo, mas Covas/Neubauer sabem que os burocratas não têm onde se apoiar, portanto não têm como pressionar, estão completamente desarmados. A tábua de salvação da diretoria

é conseguir as miseras duas ou três aulas a mais na grade curricular e apresentá-las à classe como uma perda menor, diante da magnitude absoluta das demissões.

Felício e seus comparsas não pretendem se submeter às decisões dos professores, que, se chamados, comparecerão em maior parte os demitidos e descontentes com a burocracia. Manobram com a convocação de um Conselho de Representantes (CR), burocratizado e controlado pela burocracia, para apresentá-lo como um fórum democrático de deliberação da classe.

Por isso o choque entre as duas posições, a de luta e a do aceite das demissões, se dá ao redor da convocação ou não da assembléia. Foi isso o que motivou a ocupação do sindicato.

Do Massas nº 18 - 2ª quinzena de agosto de 1991 Em Defesa do Trotskismo

No dia 24 de agosto, a T.POR realiza uma palestra em homenagem a Leon Trotsky, pelo 51 aniversário de sua morte. Neste número do Jornal, publicamos um trecho do livro "A Revolução Permanente", onde o próprio Trotsky resume as três idéias fundamentais da Teoria da Revolução Permanente.

Como o próprio Trotsky assinala, "A idéia da revolução permanente foi formulada pelos grandes comunistas de meados do século XIX, por Marx e seus adeptos, em oposição à ideologia democrática, a qual, como é sabido, pretende que com a instauração de um Estado "racional" ou democrático, não exista nenhum problema que não possa ser resolvido pela via pacífica, reformista ou progressista. Marx considerava a revolução burguesa de 1848 unicamente como um prelúdio da revolução proletária. E, ainda que tenha "se equivocado", seu erro foi um simples erro de aplicação, e não metodológico. A revolução de 1848 não se transformou em socialista. Mas precisamente por isso não conduziu à democracia. Quanto à revolução alemã de 1918, é evidente que não foi o coroamento democrático da revolução burguesa, mas a revolução proletária decapitada pela social democracia, ou, para dizê-lo com mais precisão: uma contrarrevolução burguesa obrigada pelas circunstâncias a se revestir, depois da vitória obtida sobre o proletariado, de formas pseudodemocráticas. Em oposição às colocações etapistas, mencheviques, que pregavam que a revolução socialista só viria em um futuro muito remoto, Trotsky colocava sinteticamente as idéias formuladas pelo marxismo a partir da experiência histórica, reproduzidas no texto a seguir.

"A Teoria da Revolução Permanente, ressuscitada em 1905, declarou guerra a estas idéias, demonstrando que os objetivos

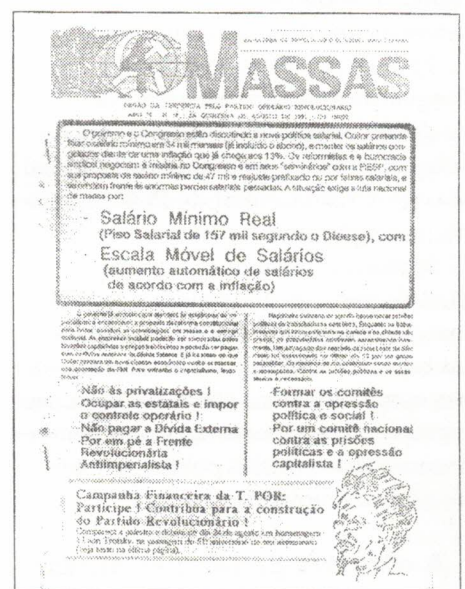
democráticos, das nações burguesas, conduziam, em nossa época, à ditadura do proletariado, e que esta colocava na ordem do dia as reivindicações socialistas. Nisto consistia a idéia central da teoria.

Se a opinião tradicional sustentava que o caminho da ditadura do proletariado passava por um prolongado período de democracia, a teoria da revolução permanente vinha a proclamar que, nos países atrasados, o caminho da democracia passava pela ditadura do proletariado. Com ele, a democracia deixava de ser um regime de valor intrínseco para várias décadas e se convertia no prelúdio imediato da revolução socialista, unidas ambas por um nexo contínuo. Entre a revolução democrática e a transformação socialista da sociedade se estabelecia, portanto, um ritmo revolucionário permanente.

O segundo aspecto da teoria caracteriza já a revolução socialista como tal. Ao longo de um período de duração indefinida e de uma luta interna constante, vão se transformando todas as relações sociais. A sociedade sofre um processo de metamorfose. E, nesse processo de transformação, cada nova etapa é consequência direta da anterior. Este processo conserva forçosamente um caráter político, ou o que é o mesmo, se desenvolve através do choque dos distintos grupos da sociedade em transformação. As explosões da guerra civil e das guerras exteriores sucedem os períodos de reformas "pacíficas". As revoluções da economia, da técnica, da ciência, da família, dos costumes, se desenvolvem em uma completa ação recíproca que não permite à sociedade alcançar o equilíbrio. Nisto consiste o caráter permanente da revolução socialista como tal.

O caráter internacional da revolução socialista, que constitui o terceiro aspecto da teo-

ria da revolução permanente, e consequência inevitável do estado atual da economia, não é um princípio abstrato, é unicamente um reflexo teórico e político do caráter mundial da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do alcance mundial da luta de classes. A revolução socialista começa dentro das fronteiras nacionais, mas não pode conter-se nelas. A contenção da revolução proletária dentro de um território nacional pode ser mais que um regime transitório, ainda que seja prolongado, como o demonstra a experiência da União Soviética. Entretanto, com a existência de uma ditadura proletária isolada, as contradições interiores e exteriores crescem paralelamente aos êxitos. A continuar isolado, o Estado proletário cairá, mais cedo ou mais tarde, vítima de ditas contradições. Sua salvação está unicamente em fazer que triunfe o proletariado nos países mais progressivos. Considerados desde este ponto de vista, a revolução socialista implantada em um país não é um fim em si mesma, e sim unicamente um elo da cadeia internacional. A revolução internacional desenvolve-se como, pese a todos os refluxos temporais, um processo permanente".



MAGAZINE MASSAS

REVISTA DA LUTA REVOLUCIONÁRIA

ANO 11 - Nº 18 - 2ª QUINZENA DE AGOSTO DE 1991

Revista mensal de 34 páginas (16 de texto e 18 de imagens), com o objetivo de divulgar a luta revolucionária e a construção do socialismo. É publicada pelo Partido Revolucionário (T.POR) e é distribuída gratuitamente em todo o Brasil. O preço de venda é de R\$ 1,00 e o preço de assinatura é de R\$ 10,00 por ano.

Salário Mínimo Real
(Piso Salarial de 157 mil segundo o Dieese), com

Escala Móvel de Salários
(aumento automático de salários de acordo com a inflação)

Não às privatizações!
Ocupar as estatais e impor o controle operário!
Não pagar a Dívida Externa
Por em pé a Frente Revolucionária Antimperialista!

Formar os comitês
contra a opressão política e social!
Por um comitê nacional contra as prisões políticas e a opressão capitalista!

Campanha Financeira da T.POR:
Participe e Contribua para a construção do Partido Revolucionário!

Propriedade e edição: T.POR - Rua da Liberdade, 100 - São Paulo - SP - CEP: 01308-000

Do jornal Massas especial – abril/maio de 1994

Campanha Internacional em defesa da luta do povo boliviano

A greve de fome envolvendo inúmeros estudantes, professores e trabalhadores desempregados das minas reflete a agudização da luta dos oprimidos contra o governo neoliberal Goni-Patiño. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, ao qual pertencem o POR boliviano, a Tendência pelo Partido Operário Revolucionário no Brasil, o Comitê Construtor do POR argentino e chileno, realiza uma campanha Internacional em defesa da luta do povo boliviano.

Para os trabalhadores brasileiros e a vanguarda militante tomarem consciência do importante combate que se desenvolve na Bolívia, traduzimos do Jornal Massas, Órgão Central do POR boliviano, os acontecimentos diários que vão de 29 de março a 14 de abril. A iniciativa do POR de publicar diariamente seu Jornal indica o tremendo esforço dos trotskistas bolivianos de intervir resolutamente nos conflitos e levar a luta à vitória. No espírito internacionalista, cabe-nos apoiar com todos os meios políticos e materiais o grande movimento dos explorados.

A ofensiva pró-imperialista

O governo Goni-Patiño está empenhado em aplicar o Plano neoliberal de ampla privatização. Conjuga numa só linha o que denominou Plano de Capitalização (privatização), Reforma Educacional e Participação Popular. A Reforma Educacional não passa da destruição das escolas públicas e gratuitas e a Participação Popular é uma arma política para comprometer a COB (Central Operária Boliviana) e os oprimidos aos objetivos pró-imperialistas, através da ilusão na democratização da privatização. O resultado dessa política tem sido a demissão nas minas, rebaixamento salarial, sucateamento das forças produtivas internas, aumento da opressão às nacionalidades índias e esmagamento da maioria camponesa, que vive do cultivo da coca. Este governo, recém eleito com pouco mais de 30% dos votos, sendo que a maioria se absteve ou anulou, procura implantar medidas entreguistas, as quais o governo anterior, Zamora, não conse-



guiu, dada a resistência das massas e seu isolamento. Goni-Patiño, apesar da conivência da burocracia sindical estalinista, vem enfrentando cotidianamente levantes em vários pontos do país. Neste momento, a disseminação de greves de fome em inúmeras universidades, no magistério de La Paz e nas minas da Siglo XX e Catavi, contra o desemprego, tende a se projetar num grande movimento nacional de massa. Agudiza a situação revolucionária na Bolívia.

A greve de fome dura e a mobilização de massa

A greve de fome não tem objetivo em si mesma. Trata-se de um instrumento para aglutinar os vários movimentos, massificar a luta e expressá-la nacionalmente. É neste sentido que o POR e o movimento revolucionário exigem da COB a decretação da greve geral por tempo indeterminado, sustentada por piquetes e centralizada nacionalmente por um comando, formado pelos mais firmes e dedicados combatentes. Os acontecimentos indicam que o obstáculo está na burocracia sindical, que teme a unificação da luta e a sua transformação em choque político aberto com o governo. Esta tem manobrado para se desfazer da crescente pres-

são das bases, empenhadas na defesa da vida dos grevistas (greve de fome) e na vitória do movimento pela derrubada do governo entreguista.

O objetivo do movimento

O POR defende que o objetivo é derrotar a política global pró-imperialista de Goni-Patiño, o que significa organizar um grande levante de massas pela derrubada do governo entreguista e implantação do governo operário e camponês. A burocracia oportunista procura se aproveitar do movimento para negociar com o governo alguns pontos percentuais de reajuste salarial e de incremento de verbas públicas, para desmobilizar e salvar o governo antipopular. A transformação desta luta em força capaz de destruir o governo capitalista depende da vanguarda organizada (o POR) e dos combatentes que surgem no embate quebrarem as manobras da burocracia lechinista e estalinista, que controla a COB. A greve geral por tempo indeterminado e a formação dos piquetes são os instrumentos trabalhados pelo POR.

Internacionalismo proletário

O apoio internacional dos explorados latinoamericanos e de outras latitudes é fundamental para quebrar o isolamento imposto pelas burguesias. Em todas as partes vivemos a ofensiva de fome do imperialismo. No Brasil, o Plano FHC pisoteia ainda mais a vida de milhões. Não temos outra saída senão enfrentá-lo nas ruas, a exemplo dos trabalhadores e juventude bolivianos. O capitalismo se desagrega aceleradamente e impõe às massas privações cada vez mais insuportáveis. A organização de movimentos com projeções revolucionárias é o caminho. Contrário à ação reformista, que mantém as massas nos limites impostos pela democracia dos poderosos. Esta é a luta que se trava na Bolívia e que exige uma atitude internacionalista de toda corrente que se reivindica da unidade mundial do proletariado.

Do jornal Massas nº 86 – 1ª Quinzena de Maio de 1995

Os explorados bolivianos mostram o caminho da luta antiimperialista e anticapitalista na América Latina

A luta generalizada por todo país contra as "três leis malditas", o massacre dos camponeses, a destruição da educação pública e a fome colocaram a maioria oprimida em confronto com a linha pró-imperialista do governo. Trata-se de um movimento de massa claramente antiimperialista, que se transforma em anticapitalista ao permitir que a estratégia do proletariado, encarnada pelo POR, avance o combate pela derrubada do governo reacionário e implantação do governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

O que a burguesia mais teme é que o processo revolucionário na pequena e atrasada Bolívia agigante político e socialmente este país perante as massas latino-americanas. Ou seja, que lhes mostre o caminho da ruptura com o imperialismo saqueador e esfomeador e coloque sua unidade continental para enfrentar a opressão capitalista. O temor burguês se intensifica com o crescimento da política trotskista entre as massas bolivianas, que, mais cedo ou mais tarde, influenciará largamente a América Latina, e dela para outras latitudes.

O imperialismo e seus lacaios semicoloniais têm podido sacrificar a vida das massas mundiais a um ponto jamais alcançado na história social devido à crise de direção mundial. Esta se instalou com a vitória de Stálin na ex-União Soviética contra o internacionalismo de Lênin e Trotsky. O nacionalismo burocrático de Stálin levou à colaboração com o imperialismo e à destruição da III Internacional. O burocratismo totalitário estalinista e seu programa nacionalista de socialismo em um só país culminaram, na atualidade, com o processo de restauração capitalista em todos os países de economia estatizada. Vemos que, enquanto na Bolívia o proletariado se bate por rechaçar o imperialismo e chegar ao poder para transformar



os meios de produção, Cuba de Fidel agoniza sem luta, quando ainda as conquistas da revolução não foram totalmente destruídas. Por outro lado, as contradições capitalistas se agudizam nos países semicoloniais com o avanço da desintegração mundial e com o esmagador peso da opressão imperialista. O proletariado, camponeses e classe média urbana arruinada se vêm instintivamente obrigados a sair em luta contra a ofensiva capitalista-imperialista.

Ainda que em ritmo diferente, as massas se dão conta de que existe uma estratégia comum do imperialismo para as semicolônias. Em todos os quadrantes, os governos vendidos aplicam os planos que desnacionalizam a economia, sucateiam as débeis indústrias, pisoteiam os camponeses, subordinam mais ainda os países atrasados ao capital financeiro parasitário e eliminam conquistas sociais como aposentadoria, escola pública etc.

No México, o levante camponês armado expressa a necessidade de radicalização da luta de classe. Este país é o

exemplo do entreguismo e da devastação em favor da oligarquia financeira internacional concentrada nas potências imperialistas. Na Argentina, a revolta instintiva das massas em Santiago Del Estero e as inúmeras marchas indicam a necessidade de reagir ao violento Plano Cavallo. No Brasil, a burocracia sindical e o reformista PT fazem de tudo para bloquear a unificação das greves e manifestações que se multiplicam por todo país e tendem a se chocar abertamente contra o Plano Real e a Reforma Constitucional pró-imperialista.

Ressalta nestes países, em que o proletariado se concentra na grande indústria, a ausência do Partido Operário Revolucionário, necessário para torná-lo classe dirigente da maioria oprimida e potenciá-lo em sua resistência antiimperialista. O que preocupa o imperialismo diante da Bolívia, marcada pela presença do POR, o folga nos demais países latino-americanos. Entretanto, os escravizadores sabem que o proletariado continental assimilará com presteza as lições da Bolívia revolucionária e que por isso não pode permitir seu avanço.

Num país em que a classe operária é muito debilitada pelo bloqueio imperialista à sua industrialização - no passado recente, os mineiros cumpriram o papel mais avançado do proletariado latinoamericano - as camadas médias proletarizadas nas suas condições de vida assumem a estratégia da revolução, demonstrando o papel decisivo do POR. É preciso que entendamos a importância estratégica da Bolívia justamente do ponto de vista do avanço programático da revolução. Trata-se de uma tarefa internacionalista defender o processo revolucionário na Bolívia e assimilar profundamente suas experiências, expressas pelo trotskismo, que é o marxismo-leninismo da atualidade.

Do Massas nº 94 – 1ª quinzena de agosto de 1995

Bolívia - 60 Anos do POR

Uma história que se confunde com a evolução política das massas

O aniversário de fundação do POR ocorre ao mesmo tempo em que se potencia a luta de classes no país. O recente ascenso das massas oprimidas, que desembocou na greve geral e no Estado de Sítio, levou à polarização política entre o governo entreguista (pró-imperialista) de Goni e o POR trotskista. O enfraquecimento do governo, a radicalização das lutas, o apoio e até a incorporação de setores das forças repressivas à luta de massas e a elevação do POR apontam para a perspectiva insurrecional.

O movimento começou em março com a greve geral dos professores urbanos e rurais de La Paz, sob a direção do POR, contra a reforma educativa, parte das três leis malditas (neoliberais). Ganhou rapidamente o apoio das massas. Juntou-se ao movimento dos cocaleiros (camponeses plantadores de coca). Ultrapassou o controle da burocracia sindical, colocando a greve geral a partir das votações nos cabildos abertos (assembleias populares) nas regiões e depois impôs a greve geral nacional. A generalização do movimento foi a materialização da política do POR, que desde o início defendeu a luta nacional de massa para por abaixo o plano neoliberal. Logo o movimento adquiriu um caráter antigovernamental, sitiou o governo, que foi obrigado a declarar estado de sítio e prender as lideranças, principalmente os dirigentes poristas nos professores.

Apesar da Traição da Direção da COB, os Trabalhadores Bolivianos Prosseguiram sua Luta

O acordo fechado entre a direção da COB e o governo, no fim de abril, não conseguiu deter a mobilização das massas. No acordo mediado pela Igreja, os burocratas vendidos assumiram a suspensão da greve geral no país em troca da libertação dos sindicalistas presos. O governo não suspendeu o estado de sítio e manteve presos os dirigentes da federação de Professores de La Paz: Vilma Plata, Gonzalo Soruco e José Luís Álvarez. A finalidade do acordo era utilizá-lo para conter a ação direta das massas que, nas cidades, em greve, se enfrentavam com a repressão e, no campo, ocupavam as estradas para impedir a ação do governo de destruir as plantações de coca.

A iniciativa fracassou. Os professores,

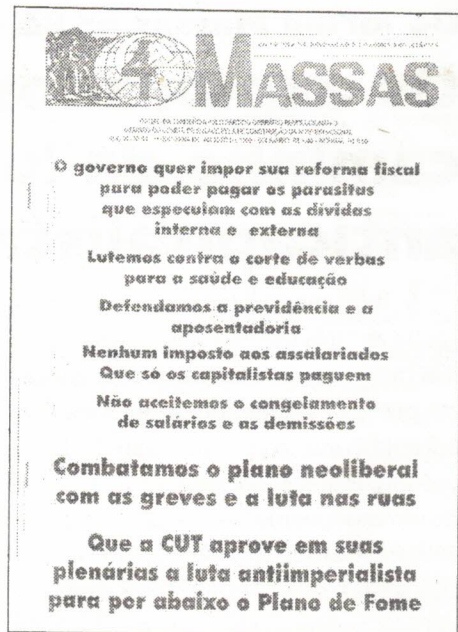
no dia seguinte, aprovaram em assembleia a continuidade da greve. O estado de sítio, ditado por um governo frágil, não conseguiu dissipar as massas mobilizadas. Os cocaleiros continuaram suas marchas no interior do país. Os professores se organizaram na clandestinidade. A resistência ao estado de sítio rapidamente se organizou em todo país. Rapidamente o movimento foi assumindo um caráter de luta pela libertação dos presos. A pressão das massas, desacatando as restrições do estado de sítio, impôs a liberdade das lideranças.

O POR é apontado como responsável

Na imprensa burguesa, os membros do governo procuram justificar o estado de sítio. Na televisão, o governo colocou uma propaganda mostrando Vilma Plata "agredindo" com uma colher de pau um policial, que estava armado e com escudo. Dizia o narrador: "é esse o tipo de professora que você quer para os seus filhos?". Ministros do MNR dizem nos jornais que o estado de sítio era uma necessidade diante da alternativa que se colocava: um governo do MNR ou um governo trotskista. O governador do Estado de La Paz garantiu pessoalmente que Guillermo Lora poderia comparecer a um debate de rádio com ele que não seria preso. A burguesia tem apontado os trotskistas como responsáveis pela convulsão social no país.

O POR se Fortalece

Ao longo da história do país, o POR foi se construindo como um partido revolucionário baseado num programa marxista-leninista-trotskista. A construção deste programa se deu na ação do Partido junto às massas bolivianas, que realizaram feitos impressionantes e foram se politizando, interagindo com o partido revolucionário, durante a história. A aprovação pelo Congresso da Federação dos Mineiros das Teses de Pulacayo, a Revolução de 52, a Assembleia Popular de 1971 e as mais recentes mobilizações mostram a evolução política do movimento de massas boliviano. Neste processo destaca-se a atuação do POR trotskista, que formulou as Teses de Pulacayo dando expressão política consci-



Do Massas

O governo quer impor sua reforma fiscal para poder pagar os parasitas que especulam com as dívidas interna e externa

Lutemos contra o corte de verbas para a saúde e educação

Defendamos a previdência e a aposentadoria

Nenhum imposto aos assalariados Que só os capitalistas paguem

Não aceitemos o congelamento de salários e as demissões

Combatamos o plano neoliberal com as greves e a luta nas ruas

Que a CUT aprove em suas plenárias a luta antiimperialista para por abaixo o Plano de Fome

ente às tendências instintivas dos explorados, que disputou a direção da revolução de 52 com o MNR, quando as massas ainda não haviam perdido as ilusões com o nacionalismo burguês, que se apresentava como antiimperialista; que teve atuação destacada na constituição e no desenvolvimento da Assembleia Popular em 1971; que tem defendido a luta antiimperialista nesses últimos anos de aplicação das reformas neoliberais.

Ao longo da história, os explorados bolivianos foram assimilando a política revolucionária e fazendo a experiência com o nacionalismo e o reformismo. Estas correntes e partidos foram se dissolvendo ou passando para as posições burguesas e pró-imperialistas. O POR ficou sozinho no campo proletário e hoje polariza com o governo entreguista do MNR.

A mobilização dos professores, que encabezou a conflito social, contou com a presença do proletariado, através de seu partido, o POR. Assim este setor social, de classe média arruinada, pôde expressar a política do proletariado, opondo-se radicalmente ao governo e à reforma neoliberal.

Por isto é absurda a idéia de alguns governistas de que seriam alguns trotskistas, que manipulam os professores, os responsáveis pela convulsão social. Trata-se de um processo histórico de radicalização e politização do movimento de massas, no qual tem papel fundamental a estruturação do Partido-Programa que tem por objetivo a revolução e a ditadura proletária.

O POR tem sua razão de ser na perspectiva da revolução e ditadura proletária. Em nível mundial, com sua inédita história de 60 anos como partido revolucionário, jogou um papel fundamental na formação da cultura e consciência política das massas do país. Sua realização estará na consumação da revolução que abra caminho para acabar com a opressão nacional e exploração de classe.

Do Massas nº 116 – 1ª quinzena de agosto de 1996

Há 5 anos de 19 de agosto de 1991

Golpe de Estado pôs fim à era Gorbachov

Há 5 anos atrás, a ala dura do PCUS, liderada por Ligachev, detinha o então presidente da URSS Gorbachov e se declarava no poder, através de um golpe de estado. O golpe durou menos de 2 dias, porque a pressão externa e a desagregação da burocracia estalinista puseram o governo Ligachev abaixo e trouxeram Gorbachov de volta, apenas como um marionete na desintegração da URSS. O novo homem-forte do regime passou a ser Boris Yeltsin, apoiado no imperialismo e na fração burocrática majoritária.

O golpe de Ligachev expôs a desintegração da burocracia estalinista, fracionada ao redor de como processar a restauração capitalista iniciada desde Stalin e acelerada enormemente a partir de meados da década de 80, quando Gorbachov subiu ao poder.

As principais frações burocráticas debatiram qual o método e ritmo mais adequado de restauração. A fração mais "conservadora", liderada por Ligachev, pretendia um ritmo de restauração mais gradual, sob rígido controle estatal e com a farta utilização do aparato

repressivo contra as massas. A fração mais "reformista", liderada por Yeltsin, pretendia aceleração das reformas pró-capitalistas, e julgava necessária a modificação do regime, assemelhando-o ainda mais às democracias burguesas. Julgava que assim teria melhores condições de impor as medidas restauracionistas frente às massas.

Como se vê, não havia (como não há até hoje) nenhuma divergência essencial de conteúdo entre as duas alas burocráticas, a diferença reside na discussão sobre a tática mais adequada para a restauração.

O vencedor Yeltsin foi obrigado pelos acontecimentos a convergir rapidamente para uma posição abertamente repressiva contra as massas e centralizadora de poder. A realização de eleições para a presidência da Rússia serve às alas da burocracia para manter as massas submetidas e controladas. A ala "neocomunista" de Ziuganov chegou a propor um co-governo com Yeltsin antes do segundo turno das eleições. Sabe que a unidade burocrática, ainda que com todas as choques internos, é

essencial para evitar que as massas se levantem contra a burocracia e a ponham abaixo.

A burocracia conseguiu nesses 5 anos avançar enormemente a restauração capitalista, às custas da elevação da miséria a níveis antes impensados na Rússia. A privatização de grande parcela da produção, a abertura e desregulamentação do comércio exterior etc. trouxeram as multinacionais que, consorciadas com as frações da burocracia, assumiram em grande medida o controle sobre a economia do país.

As massas têm se mobilizado para resistir às reformas pró-capitalistas, mas esbarram na ausência de uma direção revolucionária, que só pode se construir sobre a base de um programa revolucionário (marxista-leninista-trotskista). Mas as contradições da atual situação favorecem a construção do partido revolucionário, que deve apontar para a revolução política, que reestabelecerá a ditadura proletária e o controle das massas sobre a economia. Esse partido tem como tarefa inicial a luta contra todas as frações burocráticas e seu desmascaramento frente às massas.

Do Massas nº 138 - 2ª quinzena de agosto de 1997

Nossas diferenças fundamentais com o foquismo

Este texto foi extraído das edições Muela del Diablo, escrito por Guillermo Lora, de julho de 1997. Anteriormente, no Massas 136, reproduzimos a crítica do POR ao foquismo feita em seu momento. Agora, transcrevemos este texto, que mantém a essência da posição do POR boliviano em relação a Che Guevara.

Partimos do convencimento de que o Che é foquista e que a consequência do fracasso de seu método de luta vem se expressando atualmente na política de Fidel Castro, contrário ao marxismo e à luta revolucionária.

Quando mostramos nosso rechaço total a esse método de luta estamos expressando as diferenças políticas-ideológicas que nos separam de Che e do castrismo em seu conjunto. É nossa obrigação mostrar de maneira correta, clara - e no presente caso sintética - porque nossa política é o contrário da sustentada por Che e por Castro:

1º- Sustentamos que a revolução social não pode excluir por princípio a utilização das guerrilhas, mas sustentamos que estas são uma guerra irregular, protagonizada pelas massas, pelos setores populares e não por foco elitista. Em síntese, o foco é a negação da guerrilha, o que nos obriga a rechaçá-la.

2º- Voltemos a nossa antiga colocação, que supõe uma objeção séria ao foquismo, as condições econômicas, objetivas estão maduras para a revolução social - por isto dizemos que é uma necessidade histórica -, basicamente em escala mundial, porque esse é o caráter da economia capitalista.

Mas para que esta necessidade histórica se transforme em realidade é imprescindível

a presença do proletariado como classe, ou seja, organizado em partido político, que não pode ser substituído por nenhum outro elemento, ou organização.

Se o proletariado não é classe para, si vale dizer, independente da classe dominante tanto política como organizativamente - a este extremo é levado quando é derrotado pelo foco armado - não pode conceber-se a vitória da revolução social, da ditadura do proletariado.

3º- O maior equívoco de Che e do foquismo está em que sustenta que o foco armado supõe a superação da ausência do Partido Revolucionário do proletariado e até a maturidade da economia capitalista para o comunismo. Não podemos aceitar nada disso porque supõe proclamar a derrota do processo revolucionário.

4º- Dizemos que os explorados e oprimidos chegarão a ser governo (ditadura do proletariado e em nosso país governo-operário e camponês) utilizando o método da ação direta (greve geral, que leva em suas entranhas o germe da insurreição, mobilizações, boicotes, guerra de guerrilhas etc.) e de nenhuma maneira o caminho parlamentarista ou eleitoreiro.

5º- O acima supõe que as massas devem usar a violência em suas múltiplas manifestações e que somente nessas condições pode ser considerada revolucionária. É por isto que dizemos que unicamente aceitamos a guerra de guerrilhas quando é protagonizada pelas massas; são estas e não os líderes ou intelectuais que fazem ou escrevem a história.

6º- O foco armado, suas ações, são também violência, mas não pode ser considerado

revolucionário porque se concebe, se organiza e atua, à margem das massas, ignorando-as e até querendo substituí-las, em muitos casos invocando a justificativa cristã de evitar o derramamento de sangue das massas, dos operários etc. Trata-se de uma violência não necessária que algumas vezes pode transformar-se em um fator que obstaculiza o desenvolvimento da consciência de classe, do partido político.

A consciência de classe se traduz em teoria política, em partido revolucionário. O foco armado estranho aos operários e oprimidos pode realizar muitas ações heróicas, mas pela sua própria natureza não contribuíram ao desenvolvimento da consciência daqueles, porque está à margem de sua própria experiência, que é um dos elementos fundamentais para a elaboração da teoria revolucionária.

7º- A crítica dos fundamentos do foquismo, do castrismo, dos escritos e feitos de Che é imprescindível para a estruturação do Partido Revolucionário - expressão da consciência de classe do proletariado, de sua finalidade estratégica -, ou seja, para a vitória da revolução social, para sepultar o capitalismo putrefato e para abrir o caminho até o comunismo.

Entregamos aos leitores esta descarnada crítica ao foquismo na esperança de que possa servir de ponto de partida para a discussão que nos leve a contribuir para a politização das massas, que tantas provas vêm dando de sua vontade de acabar com a classe dominante que tão abertamente serve ao imperialismo.

Guillermo Lora - Julho/1997

MASSAS - 2ª quinzena de agosto de 1999 - 19

Do Massas nº 170 - 1ª quinzena de abril de 1999

Apoio incondicional à Iugoslávia, contra a OTAN


Os bombardeios da OTAN contra a Iugoslávia é mais uma guerra do imperialismo, mascarada pelo humanitarismo e paz. Em realidade, trata-se de uma ação comandada pelos Estados Unidos, que dentre as potências se destacam em donos do mundo.

Em 1995, o imperialismo fez o mesmo que agora para impor à Iugoslávia um acordo de separação da Bósnia. Um problema interno de guerra pela separação, surgido com a desintegração do sistema burocrático-totalitário titoísta, se tornou motivo da OTAN intervir militarmente. Inicialmente se fez uma tremenda pressão diplomática para que a Iugoslávia admitisse a separação da Bósnia. Alegando o esgotamento da "via pacífica" e as "atrocidades da guerra civil", os Estados Unidos lançaram a OTAN contra a Iugoslávia.

Agora, frente à guerra do Exército de Libertação de Kosovo (ELK) contra as forças da Iugoslávia - uma guerra também separatista -, agravada desde agosto de 1988, os Estados Unidos forjaram uma reunião, em março, Paris, e sem a presença do governo iugoslavo deram seqüência à assinatura de "um acordo de paz". O representante russo negou-se a assiná-lo como testemunha. Mas, pela União Européia, assinou o diplomata austríaco Boris Petritsch. A farsa estava terminada. Os preparativos de guerra da OTAN já estavam prontos. E de nada adiantaria a Rússia hipocritamente reclamar de que sem a autorização do Conselho de Segurança da ONU os bombardeios seriam uma quebra dos acordos internacionais. A estratégia do imperialismo tinha de ser aceita a qualquer preço pela Iugoslávia.

Os albaneses de Kosovo, com seu ELK, pleiteiam a independência. A Iugoslávia não aceita. Os Estados Unidos e seu aliados traçam o acordo de autonomia sem independência, criação de um Parlamento, eleição pelo parlamento de um primeiro-ministro, um presidente e dois vice-presidentes, judiciário próprio e formação de uma força policial de três mil homens. A Iugoslávia retiraria suas tropas e teria o direito de conservar apenas mil e quinhentos soldados nas fronteiras. E a OTAN colocaria seu exército para vigiar o cumprimento do acordo. Como se vê, tal ingerência do imperialismo vem no sentido de impor a separação de Kosovo, logo aceita pelo ELK.


Estava evidente que esse percurso traçado pelo imperialismo conduziria à guer-



**Porque o imperialismo dos Balcãs!
Apoio incondicional à Iugoslávia!**

A recessão esmaga as massas com desemprego e miséria.
O plano de FHC/FMI agrava a situação.
Cresce o descontentamento com o governo.
Os bandos capitalistas se chocam e aumentam crise política.
Trabalhadores e estudantes saem às ruas para protestar.
O caminho e partir das reivindicações mais sentidas pelas
massas, apontando para a luta nacional pela derrubada
do plano antinacional e antipopular.

FRENTE ÚNICA ANTIIMPERIALISTA! ABAIXO FHC e FORA O FMI!



4 MASSAS

LIBERDADE PARA VILMA PLATA!

ra da OTAN contra a Iugoslávia.

Os sérvios, sob a direção do velho burocrata e nacionalista Milosevic, já tinham cedido a independência a outras províncias sob a base de ataques do imperialismo e do armamento dos exércitos rebeldes separatistas pelas potências. As guerras separatistas se impuseram nas condições de restauração capitalista. Um tremendo retrocesso ao Leste Europeu, ex-União Soviética etc. É do interesse do imperialismo o separatismo restauracionista. Tal retrocesso se dá sob a tutela das potências, dirigidas pelos Estados Unidos. O intervencionismo diplomático e militar do imperialismo esconde por detrás os interesses econômicos dos monopólios industriais e financeiros.

As frações separatistas se mostram tão pró-capitalistas quanto às dominantes iugoslavas. Por sua fraqueza econômica e militar, recorrem ao apoio do imperialismo para resolver o problema da independência. Foi assim na Bósnia e está sendo em Kosovo.

A opressão nacional existente no interior do sistema iugoslavo (nacional-socialismo) montado por Josep Tito, aos moldes do de Stálin, pai do nacional-socialista, só poderia ser resolvida pelo avanço da revolução comunista, do internacionalismo proletário. Ou então as contradições fariam ressaltar a opressão de nacionalidades, que permaneceu sob o nacional-socialismo titoísta.

Os choques viriam motivados pelos interesses burgueses de restauração. As potências trabalharam todo tempo pela derrota das revoluções. A derrocada do

nacional-socialismo, seja sob o estalinismo, titoísmo, maoísmo etc, era questão de tempo. O esgotamento das forças produtivas nos países revolucionários e o domínio mundial capitalista imporiam o desmonte das burocracias nacionais-socialistas, que se dividiriam nas mais diversas frações restauracionistas (nacionalistas ou pró-imperialistas).

O marxismo é oposto a qualquer forma de opressão social ou nacional. Por isso, defende a autodeterminação dos povos e o direito à separação. Os acontecimentos sobre a opressão nacional na Iugoslávia indicam que a revolução foi abortada pelo nacional-socialismo de raízes estalinistas.

O imperialismo apostou neste fracasso e alimentou a política da burocracia restauracionista. Frente à desintegração da Iugoslávia, impulsionada por fatores internos e externos, as potências vêem a oportunidade de favorecer esta ou aquela fração. Vemos que o separatismo ocorre controlado pelo imperialismo e alimentado por seu intervencionismo.

A defesa legítima da autodeterminação dos povos começa pelo combate à opressão imperialista. É fundamental a unidade internacional do proletariado contra a OTAN e em defesa da Iugoslávia. Nenhum argumento a favor do direito à separação da maioria albanesa de Kosovo pode obscurecer ou se sobrepor à tarefa de derrotar a ofensiva da OTAN/Estados Unidos contra a Iugoslávia.

Por detrás do "humanitarismo" imperialista está a indústria bélica norte-americana

É visível o crescimento das pressões da indústria armamentista sobre o governo Clinton. O aumento de 9 bilhões de dólares no fabuloso orçamento de 250 bilhões indica a retomada da escalada belicista da maior potência mundial. Os Estados Unidos dominam 60% da indústria bélica. Não é por acaso que comanda a OTAN e todo intervencionismo militar. O despejo de mísseis e bombas sobre a Iugoslávia - há poucos meses sobre o Irak, e mais atrás sobre a Bósnia - serve aos interesses dessa poderosa indústria de destruição de forças produtivas. A guerra contra a Iugoslávia é providencial para as multinacionais (Raytheon, Boeing etc) que se ressentiram, no último período, da estagnação. Com a guerra contra Irak e Iugoslávia, encontram justificativa para repor seus estoques e exigir do governo mais compras.